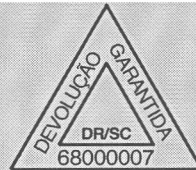


NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC



CORREIO
IMPRESSO ESPECIAL
nº68000007/2002
ECT/SC
ALESC

Florianópolis, 22 de novembro de 2002

Ano 4 Nº 109

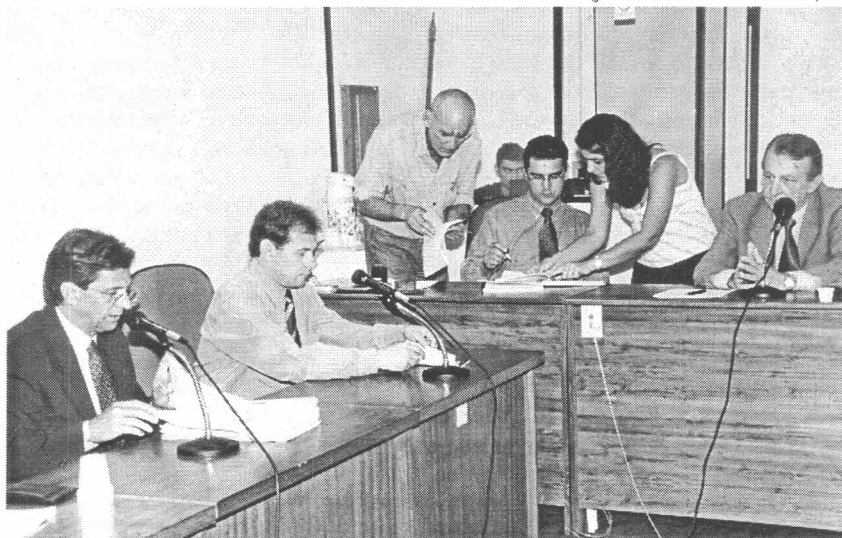
Prazo para emendas ao Orçamento encerra no dia 3

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Mirela Maria Vieira

Aprovado por unanimidade, em reunião extraordinária da Comissão de Finanças e Tributação, o parecer preliminar do Orçamento 2003, relatado pelo deputado Julio Garcia (PFL), definiu a data de 3 de dezembro como prazo final para apresentação de emendas.

As emendas não tiveram valores pré-determinados, já que a própria Constituição estadual e a Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, amarram qualquer proposição de despesa não prevista no projeto orçamentário original ao remanejamento de outra rubrica. "As proposições não podem implicar em aumento de despesas. Caso um parlamentar tiver interesse de propor um acréscimo de uma determinada dotação, é necessário que a emenda proponha a redução de uma despesa prevista na proposta de lei orçamentária com valor idên-



Deputados na Comissão de Finanças

te", assinalou Garcia em seu parecer. Não há também, como aconteceu nos três últimos anos, qualquer definição de valor-teto para emendas que poderão ser apresentadas pelos parlamentares, nem a diferenciação entre proposições individuais e as chamadas coletivas, ou de bancada.

Outra ressalva feita pelo relator refere-se ao orçamento regionalizado, previsto pela Constituição estadual. "Este ano as

audiências públicas não foram realizadas. Apenas foram solicitadas as prioridades dos municípios por ofício. Embora reconheçamos o esforço do presidente (da Comissão de Finanças, Heitor Sché/PFL), e dos funcionários da Comissão, até pela singularidade deste ano eleitoral, entendemos que não é possível, nesse estágio de tramitação, acolhermos tais pro-

postas", afirma Garcia.

O total das despesas e receitas projetadas para o próximo ano é de R\$ 9,5 bilhões. A peça orçamentária prevê aplicações de R\$ 359,9 milhões em ações e serviços públicos de saúde, incluindo ai recursos próprios e transferências da União para o setor. Na área de educação, o governo pretende investir R\$ 1,01 bilhão, que corresponde a 27,15% da receita líquida de impostos. Os investimentos das empresas mistas e estatais estão projetados em R\$ 1,3 bilhão.

Comissão vai ouvir Udesc

Atendendo solicitação dos deputados Ideli Salvatti (PT) e João Henrique Blasi (PMDB), a Comissão de Finanças vai ouvir no dia 27, às 9h, o reitor em exercício da Udesc, representantes dos professores e dos estudantes, para ter um quadro mais claro da situação orçamentária da instituição. A reunião será para tentar esclarecer alguns pontos, conforme salientou a deputada Ideli, no que tange às propostas de expansão da Udesc contidas no projeto do Orçamento estadual de 2003.

De acordo com a deputada, a Udesc pode ficar sem ter como bancar o auxílio-

alimentação a que têm direito os funcionários daquela instituição. Isto porque, segundo explicou, o benefício estaria sendo bancado com os recursos da cobrança de mensalidade dos cursos de ensino à distância. A cobrança está sendo questionada na Justiça e já obteve sentença em primeiro grau em alguns municípios proibindo a instituição de fazê-la. Com os esclarecimentos os parlamentares esperam ter um diagnóstico mais exato e ter elementos para evitar problemas na manutenção do benefício aos funcionários, o que poderia ser feito através de uma emenda à peça orçamentária. (MMV)

**Assembléia sedia
audiência sobre
discriminação racial**

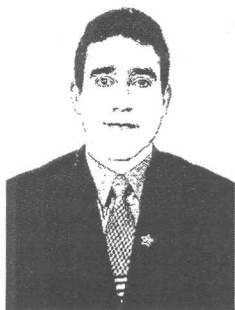
Página central

**Instalada CPE do
Gás Natural**

Página 6

OPINIÃO

Uma medida para reduzir acidentes rodoviários



No início deste ano, encaminhamos ao Congresso Nacional um Projeto de Lei que regulamenta a velocidade dos veículos importados e produzidos no Brasil. De acordo com o projeto, ficam as fábricas e importadoras de veículos obrigadas a limitarem a velocidade máxima alcançada pelos mesmos conforme legislação vigente no país, 110 Km/h, quando saírem das lojas ou fábricas. A iniciativa tem como propósito, diminuir drasticamente os acidentes de trânsito gerados, na maioria das vezes, pelo excesso de velocidade nas estradas, reduzir custos com internação hospitalar, diminuir multas por excesso de velocidade, entre outros fatores. Diante disto, vale perguntar: Por que os veículos destinados às nossas rodovias tem que ter potência nos motores que ultrapassem a velocidade de 200 Km/h se a lei permite apenas a velocidade máxima de 110 Km/h?

Segundo dados, nas rodovias federais brasileiras acontecem cerca de 5 mil mortes por ano. Neste número não estão computadas as mortes em estradas estaduais, municipais, avenidas e ruas do país. Para se ter um idéia da trágica situação de nossas estradas, basta citar o exemplo da Suécia, onde a soma geral de mortes por acidentes rodoviários é de 450 por ano em todas as vias (ruas e estradas). Mesmo assim os suecos não estão satisfeitos. Uma medida aprovada pelo Conselho Municipal de

Estocolmo vai adotar a velocidade única de 30Km/h para todas as vias urbanas, no intuito de reduzir ainda mais os índices.

Além de reduzir os acidentes, a medida também prevê economia. Só para citar como exemplo: Você está dirigindo a 100 Km/h em uma rodovia cujo limite é 90 Km/h. Você está com muita pressa e tenta dirigir a 100, apesar do limite de 90. O que certamente vai acontecer se você continuar nesta velocidade? 1) Você terá um ganho de tempo de mais ou menos 7 minutos. Na maioria dos casos este ganho será apenas de 3 a 4 minutos. 2) O consumo de combustível aumentará em 0,80 litros. 3) O desgaste de pneu aumentará em 50%. 4) O desgaste do veículo aumentará. Conclusão: Seu ganho de tempo será de 3 a 4 minutos. Seu custo será de R\$ 1,50. Isto corresponde a mais de uma hora de trabalho para quem recebe um salário mínimo por mês com uma carga horária de 48 horas por semana. Além disso o que mais pode acontecer? O risco de estar envolvido num acidente aumentará de 20 a 40%. Se você estiver envolvido num acidente o risco de que você venha a se ferir gravemente ou morrer será muito maior.

Além de todos estes dados apresentados, um carro com bloqueador de velocidade reduziria o custo que o Brasil tem com acidentes de trânsito, já que a Constituição Federal determina que é dever do Estado preservar a saúde e integridade do seu povo. Por este motivo é dever dos legisladores apresentar meios para evitar este tipo de carnificina.

Deputado Francisco de Assis (PT)
assis@alesc.sc.gov.br

Gás boliviano: solução que virou problema



A Assembléia Legislativa de Santa Catarina, confirmando sua vocação de sintonia total com a realidade catarinense, está empenhada na busca de soluções a um novo e grave problema que surgiu em nossa economia: o violento encarecimento da energia que toca parte da indústria, em especial, o da cerâmica branca. Em tempo recorde, às custas de um investimento em torno de dois bilhões de dólares e trazendo muita esperança quanto ao sonho de barateamento de custos, foi finalmente instalado o gasoduto Brasil/Bolívia, em tempos recentes.

Mas, o que veio para ser a grande solução virou um grande problema. Os ataques especulativos sofridos pelo sistema financeiro nacional causaram tremores no câmbio e jogaram o dólar nas nuvens, tornando o produto boliviano proibitivo. Por ironia, virou uma armadilha para nossa indústria ceramista: o produto importado, que iria custar menos do que o similar brasileiro, acabou custando muito mais do que o produto fornecido pela Petrobrás às indústrias de outros estados brasileiros. Para se ter uma

idéia, a matriz energética que era a terceira na planilha da indústria ceramista, passou para o primeiro no valor total que compõe o custo final do produto.

Nada menos do que 16% do custo da produção de cerâmica branca estão alicerçados no fornecimento do gás natural. É inadmissível que um Estado que, mesmo representando apenas 1,1% do território brasileiro detém 5% do PIB nacional, esteja sendo prejudicado por uma fonte energética que veio para acelerar o desenvolvimento.

Seria talvez o momento de questionarmos se não valeria a pena resgatarmos o projeto de gás à base de carvão natural, riqueza que possuímos no Sul do Estado. Precisamos que nossos governantes se empenhem nesse sentido. Não dá para esquecer que as nossas indústrias não só geram riquezas, mas também empregos, muitos empregos. Na atual situação, o fornecimento de gás boliviano põe em risco a produção, o emprego, e coloca nosso parque fabril em uma desconfortável concorrência com as indústrias dos estados vizinhos, abastecidas pelo gás da Petrobrás.

Deputado Valmir Comin (PPB)
comin@alesc.sc.gov.br

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)
1º Secretário: Gelson Sorgato (PMDB)
2º Secretário: Odete de Jesus (PL)
3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
4º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretor em exercício: Samir Machado
Coordenador em exercício: Jonas Lemos Campos
Jornalista responsável: Cleia Braganholo - SC 00317-JP
Chefe de Redação: Marise Ortega
Redatores: Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, com a colaboração dos assessores de bancadas
Revisão: Mirela Maria Vieira
Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos
Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira, Alberto Neves e Carlos Kilian
Distribuição: Setor de Expedição
Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

ESPECIAL

Assembléia recebe procuradores de todo o país

(foto Solon Soares)

Representantes de 18 Estados estão em Florianópolis participando do 14º Encontro Nacional de Procuradores de Assembléias Legislativas, que acontece até sábado (23) no Marina's Palace Hotel, em Canasvieiras.

Na abertura do evento realizada quinta-feira (21) estiveram presentes várias autoridades do setor, entre elas o presidente da Assembléia anfitriã, deputado Onofre Agostini (PFL), o coordenador geral do encontro, Procurador da Assembléia catarinense, Michel Curi e o ministro do Superior Tribunal de Justiça, José Augusto Delgado. Saudando os visitantes e também os procuradores da Casa, o presidente do legislativo destacou a importância do trabalho dos procuradores de Assembléias, no assessoramento e na orientação dos deputados nas



Abertura dos trabalhos

questões judiciais que envolvem o parlamento, respeitando a ética e os princípios constitucionais.

Esta é a segunda vez que Florianópolis sedia um encontro nacional da categoria e para o procurador Michel Curi, este encontro é uma oportunidade da Associação Nacional dos Procuradores de Assembléias (ANPAL) ter maior representa-

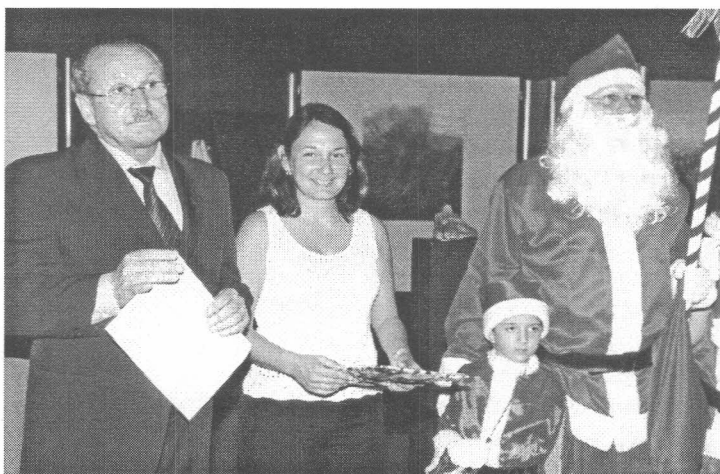
ção política. Um dos objetivos é a criação de uma revista para a divulgação das atividades desenvolvidas pelos procuradores, de norte a sul.

O destaque da abertura foi a palestra do ministro Delgado, que falou sobre *A capacidade jurídica das Procuradorias das Assembléias Legislativas*. Delgado aproveitou a oportunidade para falar sobre o momento de transformação e de esperan-

ça por que passa o Brasil e disse que o papel das Procuradorias deve sempre estar voltado para o respeito ao cidadão e às relações sociais. O conselheiro Salomão Ribas Júnior, presidente do Tribunal de contas do Estado, participou com o tema *Os Tribunais de Contas e as Assembléias Legislativas*. Para sexta-feira (22), o palestrante será o líder do PMDB, deputado João Henrique Blasi que discorre sobre *A importância do Poder Legislativo no processo do desenvolvimento nacional*. (RMPP)

Campanha Natal Solidário

O presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL) recebeu segunda-feira (18) a visita do Papai Noel, na galeria de arte Meyer Filho, para a abertura da campanha *Natal Solidário*, idealizada pela Associação dos Funcionários da Assembléia Legislativa (Afalesc).



Deputado Onofre e presidenta da Afalesc recepcionam o Papai Noel

Segundo o presidente, centenas de crianças das entidades Centro Esportivo do Saco Grande, Associação de Moradores do Passa-Vinte (Palhoça), Caieira, Bairro Pachecos (Palhoça) e Centro de Educação e Treinamento Esperança (São José) receberão doações de brinquedos novos neste Natal. "Pretendemos arrecadar o maior número de brinquedos possíveis

até o próximo dia 18 de dezembro e fazer a entrega dos presentes, na própria Assembléia, no dia 19, às 16h. Exceto o Centro de Educação e Treinamento Esperança, que receberá as doações no próprio local, também às 16h", afirmou.

Onofre também elogiou os funcionários da Afalesc pela iniciativa da campanha. "O mérito é deles e de todos que participarem para fazer o Natal dessas crianças mais feliz", comentou. (TK)

Natal Sem Fome

Em entrevista coletiva na Assembléia, integrantes do diretório municipal do PT lançaram segunda-feira (18) a Campanha *Natal sem Fome*. Desde 1993 a campanha vem sendo realizada com o mote principal de matar a fome por um dia, pelo menos, dos que vivem abaixo da linha da miséria.

De acordo com os organizadores, a arrecadação será feita por cada cidade. Em Florianópolis, a intenção é tentar conseguir o suficiente em alimentos para garantir que a fome de cerca de 68 mil pessoas que vivem na pobreza (com menos de R\$ 80,00 por mês) na capital tenham alimento por pelo menos um dia. As doações podem ser feitas em todos os sindicatos (ligados à CUT), igrejas (de qualquer religião), e no comitê central, na Praça XV, 113, 2º andar. O telefone de contato é (48) 222-5664. (MMV)

ESPECIAL

Discriminação Racial

Procuradores federais, pesquisadores, políticos, estiveram reunidos no Legislativo debatendo a questão da discriminação racial e as chamadas ações afirmativas para mudar o quadro

(foto Solon Soares)

O Ministério Público Federal, através das procuradorias Regional e Federal dos Direitos do Cidadão, abriu na manhã de terça-feira (19) no plenarinho da Assembleia, a primeira Audiência Pública sobre *Discriminação Racial e as Ações Afirmativas em Santa Catarina, como Saúde, Educação e Trabalho*.

O combate à discriminação pelo Ministério Público é feito através de ações penais relativas aos crimes que prevêem a punição de práticas discriminatórias e através de ação civil pública, ação de improbidade e inquérito civil público. Para a procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Maria Eliane Menezes de Farias, a Conferência Mundial sobre Discriminação Racial realizada ano passado na África do Sul estimulou maior discussão sobre o tema.

Em Santa Catarina esta é a primeira vez que ocorre uma discussão aprofundada sobre o assunto. Segundo Samantha Chantal Dobrowolski, procuradora regional dos Direitos do Cidadão, Santa Catarina já implementou o primeiro projeto de políticas afirmativas para negras. Trata-se do acesso de 40 mulheres educadoras e chefes de família ao curso de Pedagogia à distância da Universidade do Estado (Udesc).

O negro nas relações de trabalho

A procuradora regional do Trabalho no Estado, Silvia Zimermann, informou que, segundo dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), a população branca brasileira ocupa a 49ª posição mundial, enquanto a negra ocupa a 108ª, semelhante a países como a Argélia e África do Sul. "Existe racismo no ambiente de trabalho, pois o mercado é fruto da mentalidade preconceituosa que vivemos". Ela defendeu a realização de eventos como esta audiência para incentivar denúncias de práticas discriminatórias, propor-



Procuradoras Maria Elaine Menezes de Farias, Samantha Chantal Dobrowolski e Silvia Zimermann

cionando maior cidadania ao trabalhador negro.

A readmissão do funcionário da Eletrosul, Vicente do Espírito Santo, demitido em março de 1992, foi classificada pelo advogado catarinense Nilo Kawai como um marco no combate à discriminação racial no Brasil. "Foi a primeira vez na história brasileira que um tribunal superior reconheceu o racismo no mercado de trabalho.

Já Odilon Silva, do Núcleo de Combate à Discriminação da Delegacia Regional do Trabalho em Santa Catarina, embora admita que muitos empresários estejam adotando uma nova postura de diversificação racial em seus quadros, muitos ainda praticam a discriminação de forma velada, negando a postura para não permitir provas e testemunhas.

Discussão acadêmica sobre racismo e direito à diferença

O painel *Igualdade, direito à diferença e ações afirmativas*, realizado na quarta-feira (20), *Dia da Consciência Negra*, reuniu acadêmicos de diferentes regiões que abordaram as-

pectos históricos e institucionais da discriminação racial no país.

O painalista, Daniel Sarmento, procurador da República e professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), ressaltou que o racismo no Brasil é dissimulado, difícil de ser enfrentado no campo jurídico-penal. "Jamais conseguiremos eliminar o racismo com as arréguas penais", lamentou. "Nós devemos testar o caminho das ações afirmativas exigido pela Constituição de 1988, que prega o bem-estar social, pois o poder público deve agir para combater as desigualdades".

Para a procuradora-geral da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Dora Lúcia Bertúlio, o nefasto no racismo é que a sua vítima assume a ideologia racista, a ideia de ser o seu próprio carrasco. Ela destacou que o direito brasileiro tem se prestado a ser um inibidor da mudança, por apresentar a aparência do justo. "A discussão de ações afirmativas não deve se restringir ao texto da lei, que possui premissas racistas, postas para não funcionar. Por isso não temos sucesso quando vamos à Justiça, pois o Direito serve à população dominante, mas isto não é dito".

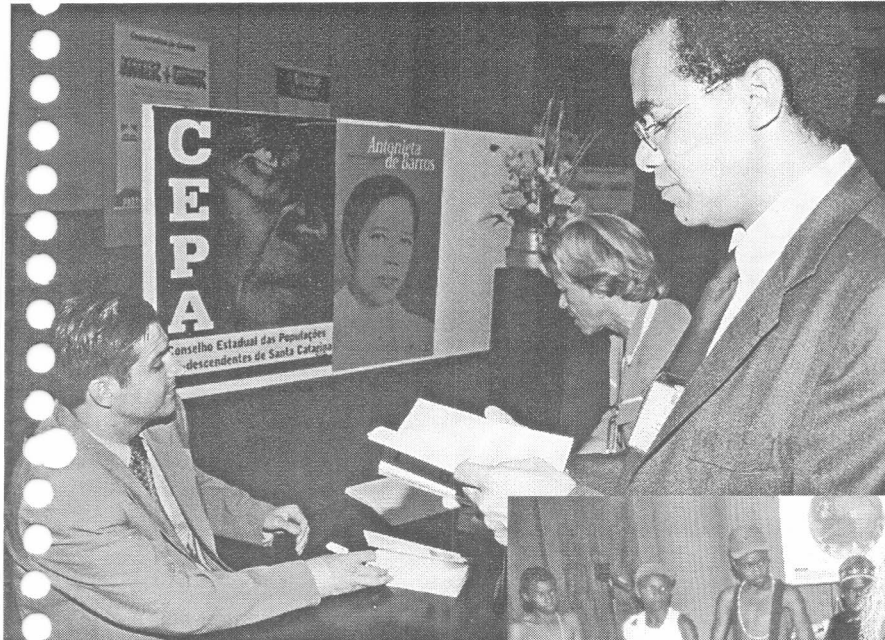
O procurador do Trabalho/ES, Wilson Prudente, que também atuou como painalista, afirmou que o nível de igualdade de



Procuradores Daniel Sarmento e Dora Lúcia Bertúlio

Debatida na Assembléia

(foto Carlos Kilian)



Evandro Piza autografa obra para Samoel Vida, coordenador de ONG baiana

uma sociedade diz respeito ao seu pensamento racial. “No Brasil o racismo é mudo e surdo, mas tem olhos de lince. Neste momento, em Salvador, está acontecendo uma manifestação que pede ao presidente eleito, Lula, a nomeação de ministros negros para o Supremo Tribunal Federal (STF)”. Foi finalizado defendendo o direito à diferença, argumentando que a esquerda brasileira sempre teve uma visão generalizada das políticas públicas.

No painel sobre *Políticas de Saúde para a População Negra*, o vereador de Florianópolis, Márcio de Souza (PT), destacou a necessidade de tratamento específico, através do SUS, das doenças que apresentam maior incidência entre os negros. Citou, como exemplo, a obrigatoriedade da realização dos testes para constatação de anemia falciforme, que é lei aprovada pela Assembléia Catarinense, a partir de projeto do deputado Volnei Morastoni (PT).



Exposição e lançamento

Durante o evento aconteceu a exposição de painéis e quadros intitulada *Kizomba*, organizada pelo Conselho Estadual de População Afrodescendente (Cepa) e pelo Centro de Educação da Udesc, na Galeria de Artes Meyer Filho. Foi lançado também o livro *Criminologia e Racismo*, de Evandro Piza.

Na audiência, também houve apresentação de dança afro por um grupo de adolescentes, e o professor da Udesc, Paulino Cardoso, cantou uma música do pan-africanismo, um tributo à Mãe África.

Por: Rose Mary Paz Padilha
Rubens Vargas
Tatiana Kinoskita



Apresentação de dança afro do grupo Mont Serrat de Florianópolis

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Ideli homenageia Zumbi dos Palmares

No Dia da *Consciência Negra*, quarta-feira (20), a deputada Ideli Salvatti foi à tribuna para homenagear Zumbi dos Palmares, líder do *Quilombo dos Palmares*, a maior colônia de escravos fugidos que o Brasil teve entre os anos de 1630 a 1675.

“Fiz questão de destacar a importância do *Quilombo dos Palmares*, que se tornou um exemplo de força dos escravos brasileiros do período colonial”, comentou a deputada. Em 1675, o *Quilombo dos Palmares* reunia mais de 30 mil pessoas, entre negros, brancos pobres e até judeus, fazendo com que o local também fosse conhecido como a *Terra da*

Liberdade, completou a deputada.

A parlamentar ainda destacou que, de todas as raças que migraram para o Brasil, a negra foi a única que veio obrigada, além de ter sofrido inúmeras atrocidades. “Ao todo foram seis milhões de negros tirados de sua terra natal para serem escravizados no Brasil, praticamente toda população de Santa Catarina, que tem em sua história dois grandes negros, Cruz e Souza e Antonieta de Barros”, afirmou.

“Ainda hoje os afro-brasileiros sofrem com o preconceito e por isso precisamos desenvolver políticas que envolvam todos os setores da sociedade, da educação à saúde”, finalizou Ideli.

COMISSÕES

Instalada CPE do Gás Natural

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Scheila Dziedzic

O alto preço dos gás natural, distribuído em Santa Catarina através do gasoduto Brasil/Bolívia, está praticamente inviabilizando a atividade industrial dos setores que usam o produto como fonte energética. Entre os setores mais prejudicados está o de cerâmica branca, que realizou investimentos visando o uso do gás. Para encaminhar soluções junto ao governo federal foi instalada na quarta-feira, 20, uma Comissão Parlamentar Externa (CPE), que será presidida pelo deputado Clésio Salvaro (PFL), terá como relator o deputado Valmir Comin (PPB) e a participação do deputado Ronaldo Benedet (PMDB), todos representantes da região sul, onde se concentra o maior número de empresas cerâmicas no Estado.

Na próxima segunda-feira (25), os membros da CPE, reúnem-se com o deputado federal Gervásio Silva, presidente do Fórum Parlamentar Catarinense. Também estão previstos contatos com os presidentes da SC Gás- responsável pela distribuição do gás no estado -, do sindicato do setor, da Infragás, além de representantes da Petrobrás e Federação das Indústrias de Santa Catarina. A intenção é buscar através de uma ação política na esfera federal, a equalização do preço do gás natural em todo o país, defende Sal-



Deputados Benedet, Comin e Salvaro

varo. Isso possibilitará maior competitividade das cerâmicas catarinenses. O gás nacional distribuído em estados como Bahia e Espírito Santo custa a metade do valor cobrado em Santa Catarina. Mesmo Rio Grande do Sul e Paraná, que recebem o gás vindo da Bolívia, têm valor inferior do que o praticado no estado.

“O gás natural consumido pelas indústrias catarinenses é o segundo mais caro do

mundo, perde apenas para o Japão. E isso prejudica sensivelmente nossas empresas. No caso da cerâmica, o gás é fator preponderante na formação do custo, além de ser uma forma de energia limpa que melhora a qualidade do produto colocado no mercado”, destaca o deputado Valmir Comin. Ele assinala ainda que este custo elevado do gás torna a cerâmica catarinense 5% mais cara do que as de outros

estados. “A médio e longo prazo isso representa risco de perda de emprego no setor, porque as empresas deixam de exportar. Estamos em uma situação crítica pois a indústria cerâmica viabilizou a vinda do gás para Santa Catarina, e agora o gás está inviabilizando a atividade”. As empresas cerâmicas consomem aproximadamente 900 mil metros cúbicos/dia, cerca de 70% do total de gás natural consumido no estado.

CPE da Petrobras em Itajaí

O presidente da Comissão Parlamentar Externa (CPE) *Diga sim à Petrobras em Itajaí*, Volnei Morastoni (PT) e o relator, João Macagnan (PFL), estiveram durante toda a tarde da quinta-feira (21) no município, realizando várias reuniões, a fim de apurar dados e tentar manter a unidade UN - Sul da empresa em Itajaí.

Os parlamentares foram recebidos, primeiramente, pelo prefeito Jandir Belini, que também reafirmou sua intenção de se encontrar com o coordenador da equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, Antonio Palocci. Segundo Morastoni, a audiência deverá ocorrer entre os dias 13 ou 14 de dezembro.

O segundo passo dos parlamentares foi realizar uma reunião ampliada, envolvendo a Associação Comercial e Industrial de Itajaí que encabeça o movimento. Conforme a presidente da Associação, Isabel Pinheiro Sandri, os campos da UN- Sul produzem 20 mil barris de petróleo por dia, além de ter 44 empresas prestadoras de serviço envolvidas. “Caso a Petrobrás saia de Itajaí, cerca de 359 empregos diretos serão cancelados e 20 funcionários já serão demitidos até 30 de novembro”, afirmou Isabel.

O presidente da Câmara de Vereadores do Município, Renato Pereira (PFL), assim como todos vereadores, apoiaram a CPE e se colocaram à disposição do presidente e relator para fazer o que fosse necessário. (TK)

Congresso Estadual do Planejamento Participativo

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou, por unanimidade, a subemenda do deputado Afrânio Boppré (PT) que modifica o artigo 120 da Constituição do Estado. De acordo com a proposta, o texto passará a determinar que o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos estaduais do governo catarinense serão estabelecidos em lei, de iniciativa do Executivo, mas precedidas, obrigatoriamente, pelo *Congresso Estadual do Planejamento Participativo*.

A sub-emenda foi apresentada ao projeto de origem governamental que propunha uma emenda constitucional para

mudar a sistemática legislativa relacionada às questões orçamentárias do Estado. O deputado Afrânio considera que o Congresso é um processo que, além de garantir o debate orçamentário, assegura a participação da cidadania para além do orçamento.

O petista lembra que o Estado influencia as dinâmicas de desenvolvimento, mas não é um agente exclusivo. “É fundamental o envolvimento de todos os setores da sociedade que, caso o projeto seja aprovado em plenário, terão um espaço assegurado para definir essas questões”, avalia Boppré. (RZ)

PLENÁRIO

Escolas particulares proibidas de exigir fiadores

Aprovado Projeto de Lei nº 47/02, de autoria do deputado Jaime Duarte (PPS) que dispõe sobre a exigência de fiador ou equivalente, no ato das matrículas nas escolas particulares no Estado de Santa Catarina. De acordo com a matéria, as instituições de ensino particular localizadas em SC ficam proibidas de exigir fiador ou equivalente no ato da assinatura do contrato. Não poderão deixar de prestar os serviços pedagógicos, educacionais e instrucionais até o final do ano letivo e também não poderão reter ou deixar de fornecer qualquer documento do aluno, mesmo que os responsáveis estejam em inadimplência.

Prevê ainda que as dívidas deverão ser negociadas com os responsáveis pelo aluno ou por via judicial, não podendo, em nenhuma hipótese, causar prejuízo ao discente que tem o direito a continuar a

estudar. O Projeto confere ao Poder Executivo Estadual a atribuição de fiscalizar e impor penalidades em casos de descumprimento da lei.

“A Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Consenen) recomendou às suas afiliadas que passem a exigir fiador ou equivalente para fazer novas matrículas. Em nosso entendimento tal medida é injusta e ilegal, visto que as escolas particulares têm o direito de recusar as matrículas enquanto perdurar a inadimplência, mas não poderão impedir o aluno de continuar frequentando normalmente a escola”, justificou Duarte. Com a aprovação do projeto, avalia ele, se estabelece uma contraposição à ação do Consenen e uma medida preventiva para assegurar o direito de todos os alunos do ensino fundamental e médio. (CW)

Onofre solicita recursos

Os deputados aprovaram requerimentos de autoria do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Onofre Agostini (PFL), solicitando, junto aos deputados federais e senadores catarinenses, esforços para a liberação de recursos financeiros destinados a obras no Estado.

A intenção do parlamentar é que sejam liberados recursos na ordem de R\$ 2,5 milhões do Orçamento da União de 2002 - convênio DNIT e 10º BEC - para dar continuidade às obras do trecho rodoviário da BR 282 (Lages/São José do Cerrito).

Além disso, solicita ainda a liberação de recursos para a recuperação da BR 282 - trecho Campos Novos/São Miguel do

Oeste. De acordo com o parlamentar, “as fortes chuvas ocorridas nesta região danificaram de forma intensa todo capeamento asfáltico da rodovia, tornando-a extremamente perigosa”.

Pronaf - Também do presidente da Assembleia foi encaminhado telegramas ao ministro do Desenvolvimento Agrário e aos parlamentares federais solicitando apoio “no sentido de envidar todos os esforços que se fizerem necessários à liberação dos recursos financeiros oriundos do Pronaf, que são devidos a vários municípios do Estado de Santa Catarina, cujos empenhos devem ser agilizados o mais breve possível, para pagamento ainda em 2002”. (CLR/CW)

Atendimento bancário

O deputado Jorginho Mello (PSDB), defendeu em plenário projeto de sua autoria, já aprovado na Comissão de Justiça, que determina que todas as agências bancárias fiquem obrigadas a manter, no setor de caixas, funcionários em número compatível com o fluxo de usuários, de modo a permitir que cada um seja atendido em tempo razoável. Considera-se tempo razoável, em dias normais,

até 15 minutos.

Em véspera ou dia imediatamente seguinte a feriados, em data de vencimento de tributos e em data de pagamento de vencimentos a servidores, o atendimento deverá acontecer em até 30 minutos, explica o parlamentar. O controle de tempo será realizado por meio de chancela mecânica ou eletrônica, instaladas na saída do recinto onde ficam os caixas.

Pré-vestibular gratuito

A deputada Odete de Jesus (PL) teve lei de sua autoria promulgada pela Assembleia, autorizando o Executivo a criar cursos de pré-vestibular gratuitos para alunos da rede pública.

O projeto apresentado em 2001 e aprovado em plenário recebeu veto do governador sob o argumento de que “a prioridade do governo é a qualidade no ensino público”.

Segundo a parlamentar, “não se pode tapar o sol com a peneira, o ensino público em nosso Estado é deficiente e, ainda que o governo possa melhorá-lo, não se pode deixar desamparados os alunos que estão às portas do vestibular”.

Ela prometeu levar ao governador eleito sua proposta e acredita na implementação da idéia.

Odete apresentou o projeto por acreditar não ser justa a situação de desigualdade entre as condições dos alunos, via de regra, de classes sociais menos favorecidas, que precisam de grande esforço para vencer as etapas do ensino até chegar ao vestibular e, neste momento, se deparam com os preços que inviabilizam seu ingresso nos referidos cursos, ficando em desvantagem em relação aos alunos das classes mais altas. (LC)

Secretário da Saúde na AL

Foi aprovado em plenário a convocação do secretário da Saúde, requerida pelo deputado Volnei Morastoni (PT), presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, para Audiência Pública no próximo dia 11 de dezembro, às 9 horas. A Audiência destina-se à apresentação do relatório trimestral de gestão do SUS referente aos meses de julho, agosto e setembro, em conformidade com o que determina o artigo 12º, da Lei nº 8.689, de 27/07/1993 e artigo 9º, do decreto Federal nº 1.651, de 28/09/1995. (CW)

GERAL

Assembléia homenageia 20 anos da TVBV

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Os 20 anos de fundação da tevê Barriga Verde foram comemorados na Assembléia Legislativa através de uma sessão solene, ocorrida segunda-feira (19), a pedido do deputado João Macagnan e da bancada do PFL.

Aberta pelo presidente da casa, deputado Onofre Agostini (PFL), a sessão contou com a participação do deputado César Souza (PFL), o diretor de programação e marketing da TVBV, Erivelto Luiz Gueller, sua fundadora, Elejalde Formighiere Brandalise, entre outros.

Macagnan frisou em seu discurso a importância da TVBV para Santa Catarina, principalmente, o jornalismo da emissora. "A empresa apostou no trabalho de sua equipe e conseguiu conquistar o telespectador, enfocando de maneira singular o povo de Santa Catarina e seus valores locais, que a globalização parecia desprezar", comentou.

O deputado César Souza, que também é apresentador da TV, entregou uma placa comemorativa aos 20 anos de fundação da emissora em nome da Assembléia.

O diretor de programação e marketing da TVBV, Erivelto Luiz Gueller, agradeceu aos parlamentares a homenagem e



Deputados César, Macagnan e Onofre acompanhados da Sra. Brandalise

afirmou que o sucesso da emissora se deve à sua transparência e ao compromisso com seus telespectadores "de sempre falar a verdade".

Antes de encerrar a sessão, o presidente Onofre lembrou que o sucesso do *Projeto Retratos de Santa Catarina* também se deve ao apoio da TVBV, que sempre esteve presente em todos os eventos. (TK)

Guia Prático do Condomínio

Muitos moradores que vivem em edifícios sofrem com problemas que, muitas vezes, são de fácil resolução. Para atender a este contingente, a advogada e presidente da Associação Catarinense de Defesa dos Direitos da Mulher (Adocon), Elizabete Luiza Baesso, lançou o livro *Guia Prático do Condomínio*, na galeria de artes Meyer Filho, dia 20.

O livro foi elaborado com o objetivo de informar e esclarecer as normas advindas com a promulgação do Novo Código Civil, que entrará em vigor em janeiro de 2003.

O projeto foi coordenado por Elizabete elaborado pelos acadêmicos de Direito, Flávia Letícia Fernandes Baesso, da Ufsc, e Roberto Lavina Júnior, da Unisul.

O Guia tem linguagem simplificada para atender condôminos, inquilinos, zeladores, síndicos, administradoras de condomínios, estudantes de Direito e interessados na área.

A Adocon é uma entidade civil sem fins lucrativos que faz parte do Conselho Fiscal do Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor, além de ser membro do Conselho local de Saúde. (TK)

Agenda

Dia 25, às 14 horas – Sessão solene em comemoração ao dia dos doadores de sangue
Local: Plenário

Dia 25, às 19 horas – Lançamento do Casildário II do senador Casildo Maldaner organizado por Durvalino Furtado Filho

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 25, às 20 horas – Sessão solene para entrega do *Troféu Barriga Verde* e lançamento do livro *Retratos de Santa Catarina*

Local: Plenário

Dia 26, 9 horas – Abertura da exposição de Débora Pellizzaro

Local: Galeria de arte Meyer Filho

Dia 26, às 19 horas – Lançamento do livro *Relações de Saber, Poder e Prazer* de Nadia Esperança Azibeiro

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 26, às 20h30min. – Sessão solene comemorativa ao Dia de Santa Catarina e o lançamento do livro *Santa Catarina, Padroeira: Tesouros no Sinai*, de autoria de Moacir Pereira

Local: Plenário

Dia 27, às 19 horas – Lançamento do livro *Sabedoria – Prefácios de Hermógenes*, de autoria de José Hermógenes

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Coletiva Florescência III

As cores e a alegria da primavera são os principais elementos presentes nos trabalhos de 43 expositores da *Coletiva Florescência III*, promovida pela Associação Catarinense de Artistas Plásticos (ACAP), que aconteceu nessa semana na Galeria de Arte da Assembléia. A presidente da entidade, Rosa Fossari Iwersson, diz que a mostra já está se transformando em um evento tradicional da ACAP e também faz parte do calendário de comemoração de 27 anos da associação. O estilo dos trabalhos apresentados é livre e a participação foi aberta a todos os artistas plásticos integrantes da entidade. (SD)